

UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DAS REPERCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS DAS AÇÕES DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (PISF) NA COMUNIDADE POÇO EM BREJO SANTO-CE

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13389>

Submetido em: 20/5/2022

Aceito em: 5/4/2023

Paloma Maria Melo da Silva¹, Christiane Luci Bezerra Alves²,
Josael Jario Santos Lima³, Valéria Feitosa Pinheiro⁴

RESUMO

Inúmeras regiões nordestinas enfrentam as dificuldades decorrentes dos fenômenos da seca. Em decorrência da falta de água, os cenários de uma parte do Nordeste brasileiro apresentam conflitos por água e situações de vulnerabilidade. Dada essa realidade, surge, ainda no período imperial, a proposta de transpor as águas do Rio São Francisco para sanar os maiores problemas da região nordestina relativos às adversidades climáticas. Atualmente, o Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) busca garantir água a 12 milhões de pessoas em 390 municípios do semiárido brasileiro. Assim, o presente estudo objetivou analisar as repercussões socioambientais da obra do Pisf nas famílias reassentadas na Vila Produtiva Rural Vassouras, na comunidade Poço em Brejo Santo-CE. A pesquisa foi realizada com 46 moradores para conhecer a atual realidade das famílias desapropriadas pelo Pisf, identificando as mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais no decorrer desse processo de desapropriação das casas e terras. Os resultados mostram como o projeto modificou de forma irreversível a vida dos moradores por intermédio da vasta modificação no meio ambiente, da adaptação das formas de trabalho e dos laços que vão se firmando no novo local. Com a pesquisa descobriu-se repercussões na vida das famílias e no meio ambiente que mudaram o cotidiano da comunidade, mas até o momento não promoveram o desenvolvimento local.

Palavras-chave: integração; Rio São Francisco; conflitos socioambientais.

A MULTIDIMENSIONAL ANALYSIS OF THE SOCIO-ENVIRONMENTAL REPERCUSSIONS OF THE ACTIONS OF THE SÃO FRANCISCO RIVER INTEGRATION PROJECT (PISF) IN THE POÇO COMMUNITY IN BREJO SANTO-CE

ABSTRACT

Numerous northeastern regions are facing the difficulties resulting from drought phenomena. Due to the lack of water, the scenarios of a part of the Brazilian Northeast present conflicts over water and situations of vulnerability. Given this reality, the proposal to cross the waters of the São Francisco River to solve the biggest problems of the Northeastern region, related to climatic adversities, still appears in the imperial period. Currently, the São Francisco River Integration Project (Pisf) seeks to guarantee water to 12 million people in 390 municipalities in the Brazilian semi-arid region. Thus, the present study aimed to analyze the socio-environmental repercussions of the PISF work on the families resettled in Vila Produtiva Rural Vassouras, in the Poço community in Brejo Santo-CE. The survey was conducted with 46 residents to learn about the current reality of families expropriated by the Pisf, identifying the social, cultural, economic and environmental changes in the course of this process of expropriation of houses and land. The results show how the implementation of the project irreversibly changed the lives of the residents, through the vast change in the environment, the adaptation of the ways of working and the bonds that are established in the new location. Through research, repercussions were discovered on the lives of families and on the environment that changed the daily life of the community, but so far have not promoted local development.

Keywords: integration; São Francisco River; social and environmental conflicts.

¹ Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0009-0001-7184-2294>

² Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5987-6814>

³ Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-5560-5328>

⁴ Universidade Regional do Cariri – URCA. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1539-2751>

INTRODUÇÃO

O potencial biológico natural e da produtividade econômica de terras agrícolas e pastagens encontra-se, cada vez mais, em situação de ameaça. Agravam-se a pobreza, a subnutrição, a vulnerabilidade socioambiental, dentre outros problemas. No Brasil, dados do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2007) revelam que esse processo se manifesta especialmente no semiárido brasileiro, atingindo 1.494 dos 1.800 municípios que compõem o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo 1.323.975,4 km² e 34,8 milhões de habitantes, o que equivale a 15,7% do território nacional.

Considerando-se os dados da Funceme (2015) para os 11 Estados que compõem o Polígono das Secas, a soma dessas áreas, fortemente degradadas e em processo de desertificação, perfaz um total de 70.279,46 km², o que representa 5,23% do total da Área Suscetível de Desertificação (ASD) no Brasil.

A crise ambiental é também uma crise socioeconômica e exige a elaboração de novas abordagens teórico-metodológicas críticas para fazer um contraponto ao pensamento hegemônico. Diversos estudos já foram realizados e publicados sobre a temática da vulnerabilidade e escassez hídrica da porção setentrional do semiárido nordestino, no entanto poucas iniciativas foram empreendidas no sentido de se enfrentar, de forma consistente e continuada, essa problemática, especialmente quando considerados aspectos da vulnerabilidade socioambiental.

Do ponto vista da gestão pública federal dos recursos hídricos, as discussões que envolvem essa temática estão presentes desde o segundo império, quando o “imperador Dom Pedro II contratou o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld para estudar o São Francisco, que, em 1860, defendeu a transposição e citou Cabrobó (PE) como um possível local de retirada da água” (Soares, 2013, p. 81).

Após essa primeira tentativa de enfrentamento dos problemas relacionados à disponibilidade hídrica nessa região, diversos estudos e projetos foram elaborados, de modo que somente durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006) o projeto e o planejamento públicos, vinculados à gestão dos recursos hídricos de longo prazo, se direcionaram para a efetivação dessa aspiração secular de mais de 12 milhões de nordestinos que habitam a região.

Essa vultosa obra pública, que oficialmente foi denominada de Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Pisf), engloba inúmeros fatores intrínsecos ao desenvolvimento territorial articulados com as políticas públicas, visando o crescimento econômico de macrorregiões nordestinas. O Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) foi uma das políticas públicas anticíclicas criadas durante o segundo mandato de Lula (2007-2010) para a ampliação dos investimentos públicos, especificamente no setor de infraestrutura, no qual se enquadra o incentivo econômico para o planejamento e execução da referida obra hídrica, que, popularmente, foi chamada de Transposição do Rio São Francisco.

Desse modo, o Pisf tem afetado diferentes comunidades tradicionais, cada uma delas de acordo com suas especificidades, levando em conta as características dos sistemas produtivos, sociais, ambientais e culturais de cada sub-região, trazendo aspectos positivos e negativos em cada uma dessas dimensões, com repercussões profundas quando se considera o modo de vida dos indivíduos que se encontravam no “centro” do percurso de cada trecho da obra.

Nesse processo também se inserem localmente comunidades do Distrito de Poço, na cidade de Brejo Santo, no Ceará, que foram objeto de desapropriação ao longo da transposição na região e tiveram mudanças irreversíveis nas dinâmicas sociais, nos laços criados, nas relações com suas propriedades e atividades produtivas, cultivadas ao longo dos anos, influenciando a cultura e os costumes locais.

Muitos agricultores viram na obra uma oportunidade de trabalho assalariado, com a contratação de mão de obra para a execução do empreendimento, em contraposição à cultura da região, voltada para o trabalho de subsistência, arrendamento da terra e prestação de serviços (diárias). Na medida em que o ciclo do investimento se concretiza em direção a novas etapas, porém, a demissão em massa em alguns locais deixou trabalhadores sem perspectiva de trabalho e as atividades de subsistência, como a roça, não se tratavam mais de um trabalho produtivo que proporcionasse a mesma forma de bem-estar social que uma renda fixa representava.

Diante desse cenário, levantam-se questões norteadoras: Quais as maiores dificuldades enfrentadas com o reassentamento das famílias? Quais as áreas ambientais desconstruídas para a passagem da obra? Diante dessa variedade de interpretações e da espera da chegada da água na comunidade, surgem as seguintes perguntas: Como anda a vida das famílias diretamente afetadas pela construção? As opções de trabalho rural na vila de reassentamento são as mesmas das moradas desses indivíduos antes da transposição?

Dada à problemática, a presente pesquisa teve como principais objetivos identificar os conflitos e as contradições socioambientais decorrentes do PISF e analisar suas repercussões sobre a vila de reassentamentos da comunidade do Poço, em Brejo Santo-CE, nos aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais, dando ao estudo, portanto, seu caráter multidimensional. O recurso metodológico utilizado deu-se por meio de abordagem exploratória e de um estudo de caso, com aplicação de questionários junto as famílias reassentadas.

DEBATE TEÓRICO SOBRE AS PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL/TERRITORIAL E A ATUAÇÃO DE POLÍTICAS FEDERAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NOS ÚLTIMOS 15 ANOS

A discussão teórica é iniciada a partir de questões relacionadas ao sistema de gestão pública sobre o acesso e efetivo uso da água na região Nordeste. Os fundamentos, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), nos termos da Lei 9.433/1997 (Brasil, 1997), estabeleceram a bacia hidrográfica como unidade territorial de seu estabelecimento. Também instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que tem como prerrogativas fundamentais as seguintes diretrizes: a utilização racional e integrada da água, que garanta a sustentabilidade do desenvolvimento e o compromisso com a atual e as futuras gerações; a gestão sistemática dos recursos hídricos, não dissociando os aspectos de quantidade e qualidade; a adequação da gestão às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das regiões do país; a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental; a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional; a articulação da gestão da água com a do uso do solo; e, finalmente, a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos estuários e sistemas costeiros.

As diretrizes, os fundamentos e os objetivos da PNRH favorecem uma abordagem sistêmica que abrange tanto as ciências ambientais quanto as sociais aplicadas, a economia regional e a ambiental, nas quais a bacia hidrográfica relaciona-se ao conceito de integração. Esse conceito tem sido utilizado e aplicado em múltiplos estudos de problemas ambientais, econômicos e socioculturais, pois contém informações físicas, biológicas, econômicas, sociais e culturais que não devem ser desconsideradas e discutidas isoladamente, uma vez que sua análise se baseia na perspectiva multidimensional. A solução de muitos problemas de pressão ambiental encontra-se intimamente vinculada às preocupações que objetivam a manutenção e o uso múltiplo e sustentável das bacias hidrográficas.

O Gerenciamento de Bacia Hidrográfica⁵ (assim como outros tipos de gestão ambiental) se fortalece com os adventos do Programa das Nações Unidas de Meio Ambiente (PNUMA) e do Desenvolvimento Sustentável, pois a procura de caminhos para convertê-lo em realidade representa uma visão mais debatida e também institucionalizada por vários governos centrais e locais, envolvendo a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Nessa visão, somente há desenvolvimento real quando há equidade social, resultante de processo distributivo de economia ativa, mas praticada com respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas. Assim, o atributo da sustentabilidade alia-se ao conceito de desenvolvimento.

A proposta tem sido ampla e repetidamente divulgada e usada, mas começou a ser legitimada como aspiração generalizada da sociedade civil planetária e por 192 governos nacionais na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1992 (CNUMAD – RIO 92), correndo o risco de ser convertida em simples instrumento discursivo. Com efeito, poucos têm sido os avanços concretos para a sua construção.

A economia ecológica pode contribuir com o desenvolvimento sustentável, assim,

Do ponto de vista econômico, a possibilidade de crescimento tem que ser definida de acordo com a capacidade de suporte dos ecossistemas, pensando-se simultaneamente em maior equidade e aumento da eficiência econômica (que suavize os processos de elevação da entropia). Essas são regras iniciais de um modelo de desenvolvimento sustentável, que deve contemplar objetivos ecológicos relacionados com a integridade dos ecossistemas, com a manutenção da capacidade de suporte dos sistemas naturais, com a preservação da biodiversidade (necessária para assegurar a evolução biológica), com o respeito aos limites do meio ambiente físico.

Paralelamente, no plano social, o modelo de desenvolvimento sustentável deve preocupar-se em promover a coesão e a mobilidade social, deve visar elevar a participação política dos cidadãos e respeitar sua identidade cultural, assegurando-lhes o acesso ao poder e o desenvolvimento das instituições sociais (Cavalcanti, 2001, p. 81).

Com isso, as instituições e os agentes envolvidos devem forjar muita conscientização e esforço diário para manterem práticas sustentáveis e mudanças nos comportamentos individuais e coletivos: “é inadiável e imprescindível que comportamentos e atitudes voltadas a um desenvolvimento sustentável local sejam eleitas como primordiais nas políticas públicas mundiais. Isto é questão de sobrevivência para a humanidade” (Saldanha, 2019, p. 28).

⁵ Da projeção das dimensões ambiental, social e econômica do processo de gerenciamento ambiental sobre a unidade geográfica de uma bacia hidrográfica (ou qualquer outro espaço), surge o gerenciamento das intervenções na bacia hidrográfica (ou no espaço delimitado) ou, como é usualmente denominado, o Gerenciamento de Bacia Hidrográfica.

Conforme evidencia Costa (2017, p. 92), “ampliar a ideia de Sustentabilidade é ampliar a ideia de felicidade e de sociedade, contrapondo-se a uma visão antropocêntrica e construindo um conceito mais holístico assegurando a todos uma qualidade de vida melhor”.

A partir da década de 90 do século 20 foi possível observar o processo de globalização do capital ganhar forma no cenário econômico, social e cultural no território brasileiro, por intermédio das negociações externas bilaterais e multilaterais em termos de Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), *Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird)* e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Isso ocorre por meio da adesão ao receituário de orientação neoliberal sob a recomendação do Consenso de Washington (1989), com estímulo interno de políticas públicas direcionadas à atração de investimentos externos e da efetivação das reformas estruturais, como abertura comercial, financeira e privatizações (Leff, 2002; Porto-Gonçalves, 2006).

Para Rocha, Amaral Filho e Melo (2006), entre 1993 e 1994 esse movimento se intensifica no âmbito subnacional, e, a partir de 1995, no federal. Nesse mesmo período políticas industriais, com a utilização de programas estaduais, que, supostamente, buscam o desenvolvimento regional pela via dos incentivos fiscais, tiveram como consequência um cenário de “guerra fiscal”⁶. Destaca-se que esse movimento ocorre em meio à crise fiscal do Estado brasileiro dos anos 1980, após o esgotamento do processo de substituição de importações (em fins da década de 70) que põe fim a um longo ciclo de intervenção desenvolvimentista e de promoção de políticas regionais pelo Estado nacional.

Nesse cenário observa-se que o termo desenvolvimento se associa majoritariamente ao progresso material e ao avanço tecnológico⁷. O desenvolvimento, nessa percepção, é um processo ligado aos fatores de crescimento, tratando-se de uma característica da própria modernidade capitalista, desde que se difundiram os ideais liberais dos séculos 18 e 19, que propugnaram que uma economia tende a se desenvolver à medida que absorve o progresso tecnológico, como destaca Martins (2016).

Um dos grandes equívocos dos formuladores de políticas de desenvolvimento do pós-guerra foi a imitação dos modelos de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo, baseando-se no rápido crescimento do setor de bens de consumo. Sachs (1986) denominou esse modelo de mal desenvolvimento, quando não há uma priorização da satisfação das necessidades sociais reais da população e não se avaliam os custos socioambientais do crescimento econômico, os quais sequer são contabilizados (avaliava-se que os gastos na área ambiental elevavam o Produto Interno Bruto – PIB). Para os países emergentes e pobres propunha-se a repetição mimética dos estilos de consumos de países ricos, e condicionava-se o desenvolvimen-

⁶ Refere-se à disputa dos Estados subnacionais por investimentos produtivos que ocorrem por meio da concessão de um conjunto de benefícios fiscais e financeiros, os quais vão desde “a isenção, ou postergação nos recolhimentos do ICMS, ou do Imposto sobre Serviços (ISS), até a doação de terrenos, infra-estrutura e financiamentos de longo prazo” (Nascimento, 2008, p. 678).

⁷ No rol dessas interpretações encontram-se as contribuições de Schumpeter (1982), para o qual a incorporação do progresso técnico é condição para o processo de desenvolvimento econômico. Estratégias de desenvolvimento baseadas na inovação ganham corpo nos anos 1960 por intermédio das teorias evolucionistas ou “neo-schumpeterianas”, que retomam o pensamento de Schumpeter sobre o papel do progresso técnico, apresentando-o como “força motriz do crescimento e da concorrência intercapitalista”. Ainda, sobressai-se a contribuição de novas teorias do crescimento econômico, como o enfoque de Lucas e Romer, pelo destaque dado ao processo de geração do conhecimento e de sua associação com o crescimento endógeno (Grossman; Helpman, 1990).

to à dependência de capitais externos para se potencializarem setores industriais dinâmicos. Para essa concepção teórica, sob a perspectiva macroeconômica,

a contabilidade nacional, hoje utilizada para medir o crescimento, baseia-se na noção de valor de troca, que abrange indistintamente valores de uso socialmente reconhecidos como tais, pseudo-valores de uso que não trazem qualquer satisfação ao consumidor, salvo talvez uma diferença de status em relação aos demais consumidores, e os “não valores”, que constituem, na realidade, um custo de funcionamento do sistema, e não um resultado. Além disso, ela contabiliza de igual forma os fluxos de recursos renováveis e as punções no capital da natureza (que é um estoque e não um fluxo), seja no caso da mineração, por exemplo (Sachs, 1986, p. 38-39).

Vale destacar que, para Sachs (2008, 2009), a sustentabilidade das ações humanas sobre o meio ambiente apresenta como principal característica a multidimensionalidade, não podendo ser circunscrita apenas à questão ambiental ou econômica. É nesse sentido que se deve incluir as dimensões econômica, social, cultural, espacial, ecológica, política e institucional. Para o autor, o termo desenvolvimento sustentável mostra-se convenientemente vago, não implicando, necessariamente, a sustentabilidade.

Ainda em âmbito teórico, a incapacidade das abordagens tradicionais da economia regional em responder às crescentes assimetrias regionais e em considerar as fragilidades estruturais de diferentes regiões industriais, agora expostas ao aumento da concorrência intercapitalista e à diminuição da territorialidade das atividades econômicas, contribui para a emergência de abordagens em que se identificam a valorização e a afirmação do local em estratégias de desenvolvimento (Alves; Paulo, 2014). Nesse sentido, as abordagens institucionalistas, inspiradas particularmente pelas contribuições de Giacomo Becattini e Michael Storper, atribuem um “papel de destaque dos agentes locais na organização e coordenação dos processos de auto-reforço cumulativo” (Fochezatto; Valentini, 2010, p. 3).

No Brasil, nos contextos de crise fiscal e redefinição do papel do Estado na economia de orientação neoliberal, emergem e multiplicam-se as discussões voltadas para o local ou lugar, ou até uma comunidade específica, o chamado desenvolvimento local, via valorização local, com o aproveitamento de potencialidades existentes na busca posterior do desenvolvimento.

Kronemberger (2011) afirma que o desenvolvimento local seria o aproveitamento local, uma valorização de fatores econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos que interagem para o aproveitamento de potencialidades e oportunidades locais, gerando, por consequência, a participação local, a governança, a responsabilidade social e empresarial e, principalmente, a ambiental. Destaca-se o fato de uma comunidade, por exemplo, buscar o bem-estar e desenvolvimento coletivo naquela localidade.

Ao referir-se ao local, trata-se de abranger as relações interpessoais da vida cotidiana, isto é, relacionar os problemas vivenciados no cotidiano de uma comunidade. Kronemberger (2011) demonstra que a construção de iniciativas para o melhoramento de um local, as relações e inclusões da comunidade, a fim de torná-las mais diretas, gera a participação coletiva de uma atividade pouco praticada em muitas comunidades. O dinamismo econômico e a melhora na qualidade de vida de uma população são características fundamentais do desenvolvimento local, para se elevar a viabilidade e a competitividade da economia local. O desenvolvimento local é, portanto, um processo que se insere nas transformações cotidianas que acompanham a

globalização e, desta forma, representa as ligações e interações econômicas de uma região ou, até mesmo, do próprio país (Buarque, 1999).

Correlacionar o adjetivo local com o de lugar, ou uma porção do espaço geográfico de menor extensão física, alarga o campo de análise para a geografia, a sociologia e a antropologia. Martins (2016) utiliza a expressão “questão de escala territorial” e assim demonstra os entendimentos de escala local, que pode ser entendida como um instrumento de solidariedade comunitária e, com isso, de promoção do desenvolvimento endógeno. São as inter-relações pessoais de um território que caracterizam a identidade de um indivíduo e, assim, as representações e ações que geram desenvolvimento. As práticas humanas e não apenas do suporte destas ações fazem com que as potencialidades de um local possam progredir ou regredir para o desenvolvimento.

É necessária uma visão de que o local no qual se habita tem a capacidade de obter uma transformação econômica e social que possa refletir posteriormente no desenvolvimento de outras regiões. Para Dowbor (2009),

Esta visão de que podemos ser donos da nossa própria transformação econômica e social, de que o desenvolvimento não se espera, mas se faz, constitui uma das mudanças mais profundas que está ocorrendo no país. Tira-nos da atitude de espectadores críticos de um governo sempre insuficiente, ou do pessimismo passivo. Devolve ao cidadão a compreensão de que pode tomar o seu destino em suas mãos, conquanto haja uma dinâmica social local que facilite o processo, gerando sinergia entre diversos esforços (p. 22).

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local são reflexos da mobilização de atores locais em cooperação conjunta em um ambiente político favorável, assim como também é essencial a determinação de prioridades e orientações que se voltam para o desenvolvimento. Um caso especial de desenvolvimento local é o desenvolvimento municipal, que, segundo Buarque (1999, p. 11), “pode ser mais amplo que a comunidade e menos abrangente que o microrregional ou supramunicipal”. Isto também se dá pela escala territorial de um município e pela mobilização social em torno dos potenciais existentes (Buarque, 1999).

Martins (2016, p. 52) conceitua o desenvolvimento local voltado para a relevância e a dignidade humana, e seu verdadeiro diferencial “não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergias etc.), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento”.

Buarque (2002) caracteriza o desenvolvimento local como um processo endógeno no qual se valoriza e se prospectam as potencialidades e o dinamismo existentes e podem-se criar melhorias para determinado grupo em um certo território, gerando, desta forma, oportunidades para o coletivo, como a geração de emprego. É preciso, porém, uma governança para mudanças institucionais; fazem-se necessárias mudanças socioculturais e políticas para que haja a ampliação do dinamismo econômico local.

No que se refere ao princípio da autonomia, é de bom alvitre que o ente federal respeite a liberdade de procura pela sua própria identidade, seja ela cultural ou econômica por parte dos demais entes, como os municípios e Estados, assim como aceite que eles procurarem realizar os projetos elaborados pelos seus habitantes. Para tanto, faz-se necessário que as pessoas viventes nos territórios consigam a satisfação de suas necessidades básicas e se sentam pertencentes a uma sociedade específica ou desejada, portadora de sua história, sua cultura, sua identidade, sendo essas unificadas por um complexo conjunto de valores nacionais.

No final do século 20 e início do 21, constata-se o fortalecimento desse princípio bem como a emergência dos territórios, vis a vis ao avanço da globalização, mostrando que as pessoas têm necessidade de uma identidade cultural. Paralelamente a tal movimento de transformação, nasceram e floresceram diversas iniciativas direcionadas ao chamado desenvolvimento endógeno e local, focadas na valorização e fortalecimento dos fatores, dos arranjos e dos sistemas produtivos locais.

Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. Tal cultura realiza-se segundo níveis mais baixos de técnicas, de capital e de organização, daí suas formas típicas de criação (Santos, 2008, p. 70-71).

No início dos anos 1980 a crise fiscal do Estado enfraquece a possibilidade de construção de políticas de desenvolvimento e planejamento governamental, pois o Estado perde a capacidade de executar políticas setoriais e regionais, o que se reflete no vácuo de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Nos anos 1990 a política restritiva de ajuste fiscal promove a eliminação dos incentivos regionais, com esvaziamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que são extintas em 2001⁸. Nos anos seguintes não foi formulada nenhuma política de desenvolvimento regional, a qual volta a ser discutida em 2003, ressurgindo em 2006 com a efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)⁹.

Para a compreensão dos caminhos trilhados em relação ao desenvolvimento da política regional do governo Lula, deve-se primeiro analisar a PNDR. Suas origens teóricas e metodológicas datam por volta dos anos 1990, porém é em 1999, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que a economista Tânia Bacelar elabora um documento que apresenta a necessidade de haver uma política nacional de desenvolvimento regional no Brasil. Após suas colocações para o desenvolvimento regional, somente em 2003 a pesquisadora assume a

⁸ Após o contexto de crise fiscal da década de 80 do século 20, a centralidade das políticas macroeconômicas e o modo de regulação na economia brasileira nos anos 1990 voltam-se para a consolidação das reformas estruturais instituídas desde o início da década e para a manutenção da política de estabilização, consubstanciada no Plano Real, inexistindo uma política coordenada de desenvolvimento regional. Posteriormente, no cenário de restrições impostas pelas crises externas, Asiática e Russa, de fins dos anos 1990, e da adoção de um modelo macroeconômico restritivo, baseado no tripé câmbio flutuante, regime de metas de inflação e superávit primário, a questão regional fica de vez relegada a segundo plano. Na prática, “o planejamento regional, que já vinha sendo desencorajado em épocas anteriores, foi substituído pelo subsídio a investimentos privados (por meio de incentivos fiscais ou financiamentos oficiais), sem objetivar melhores condições sociais e econômicas para a população das Regiões Nordeste e Norte, o que intensificou o aumento dos problemas sociais e a manutenção da desigualdade regional no Brasil” (Lourenço, 2022, p. 16). Esses condicionantes vão determinar, por conseguinte, a extinção da Sudene e da Sudam.

⁹ Mais recentemente, especialmente em 2018, retoma-se a criação de uma agenda para o desenvolvimento regional, envolvendo membros das autarquias regionais e técnicos de outras instituições em equipes de trabalho com o objetivo de visitar e reformular a PNDR, como apontado posteriormente. O documento intitulado *Agendas para o desenvolvimento das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro Oeste: subsídios para a elaboração do PPA 2020-2023*, será a base para a elaboração da PNDR II. As recomendações passam pela ideia de que “as agendas macrorregionais possuem papel essencial para orientar o desenvolvimento a partir da redução das desigualdades, detectando as possíveis ações estruturantes que possam estimular os procedimentos de desenvolvimento regional em convergência com os objetivos e eixos da PNDR II” (Lourenço, 2022, p. 66). Propõe-se, ainda, o fortalecimento das redes de cidades médias, a competitividade de cadeias produtivas regionais e a diversificação produtiva em áreas de *commodities*, a partir do aporte em infraestrutura, desenvolvimento produtivo e cadeias de ciência, tecnologia e inovação (Brasil, 2018).

Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (MI), quando põe em prática a proposta da PNDR (Coelho, 2014).

De acordo com Costa (2019), a PNDR era necessária, mas as execuções a serem realizadas seriam estratégias fragmentadas de desenvolvimento, trazendo a ideia de que seria possível tudo no local e que os investimentos para as regiões seriam uma consequência das melhores e maiores vantagens comparativas de competitividade e eficácia, o que, posteriormente, refletiria na geração de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida.

As desigualdades regionais existentes no país, porém, acabam por refletir na qualidade de vida das populações de Estados e comunidades mais pobres. “As desigualdades possuem, assim, aguda expressão regional no Brasil, diferenciando os cidadãos também com relação ao seu domicílio e local de trabalho” (Brasil, 2003, p. 7). Do ponto de vista do Ministério da Integração Nacional, para que haja essa quebra das desigualdades é necessária uma valorização da diversidade regional do país por meio da análise dos potenciais endógenos existentes e espalhados por regiões da nação (Brasil, 2019).

De acordo com o documento oficial do MI, busca-se a diminuição das desigualdades sociais e econômicas e a ampliação das oportunidades para o desenvolvimento das regiões do país. A contribuição da PNDR insere-se na expectativa de vida e acesso a bens e serviços de qualidade, citando como exemplo os residentes do Nordeste brasileiro (Brasil, 2003).

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condena outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. A PNDR atua no sentido de contrabalançar a lógica centrípeta das forças de mercado, por meio da promoção e valorização da diversidade regional, conciliando, assim, competitividade e expressão produtiva de valores socioculturais diversos (Brasil, 2003).

Destaca-se, ainda, sobre a PNDR, que

A ação da Política não se limita à alocação equânime de recursos de origem federal aos territórios; ela reconhece as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e orienta políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial. Busca, ainda, articular políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente, segundo a tipologia proposta pela PNDR (Brasil, 2003, p. 14).

Fixam-se, como objetivos da PNDR¹⁰, a necessidade de crescimento econômico e a mobilização cívica, com a valorização do desenvolvimento de locais e regiões e inclusão de setores da sociedade. O objeto da PNDR não se refere a combater a pobreza em si, pois se

¹⁰A prioridade das regiões para a execução da PNDR deu-se pelo cruzamento das variáveis de rendimento domiciliar médio e o crescimento do PIB *per capita*, resultando em quatro divisões de microrregiões: a primeira refere-se a regiões de alta renda; por possuírem alto rendimento domiciliar por habitante, encontram-se predominantemente nas Regiões Sul e Sudeste e também no Centro Oeste e passam a não ser prioritárias para a PNDR, uma vez que possuem recursos para a reversão de concentração de pobreza; no segundo grupo estão as regiões dinâmicas, mais frequentes no Centro-Oeste e Nordeste, onde cobrem vastas extensões territoriais; como terceiro grupo estão as microrregiões estagnadas, que possuem rendimento domiciliar médio, mas se encontram com o crescimento econômico baixo, são regiões com um elevado grau de urbanização e possuem um percentual considerável do PIB, diferentemente das microrregiões dinâmicas; no quarto grupo estão as microrregiões de baixa renda, com baixo rendimento domiciliar e baixo dinamismo, que apresentam situações de vulnerabilidade social e debilidade econômica regional, concentrando-se no Norte e Nordeste (Brasil, 2003).

privilegiavam as periferias e grandes metrópoles, mas a PNDR volta-se para a “coincidência espacial entre a pobreza individual e regional” (Brasil, 2003).

Os esforços para a redução das desigualdades regionais não resultaram em avanços significativos até 2007. Como afirma Coêlho (2014, p.65), mesmo após quase quatro anos desde sua apresentação formal, a “PNDR continuou sem instrumentos substantivos de execução, do ponto de vista orçamentário, institucional ou organizacional”. De acordo com o autor, porém, é preciso reconhecer a relevância do documento original da PNDR para a economia nacional. As questões de desenvolvimento regional passaram a ser fomentadas e levadas à discussão pelo governo federal, assim como a territorialidade de políticas públicas e a perspectiva de diminuição das desigualdades socioespaciais brasileiras, além da defesa do Estado atuando em várias escalas com um projeto nacional de desenvolvimento.

Coêlho (2014) ainda considera que o “projeto nacional de desenvolvimento” não ficou explícito para o país. Desta forma, a ausência acarretou a inviabilização do PNDR, que não avançou. A partir de uma política nacional as demais políticas, como a regional, podem encontrar estrutura para formulação e execução. Ainda de acordo com Coêlho (2014, p. 83), “(...) sem um projeto nacional de desenvolvimento e sem um instrumento substancial de financiamento – dado o fracasso na criação do FNDR – a PNDR voltou-se a uma operação que pouco avançou em relação às políticas regionais minimalistas que a antecederam”.

Atualizada pelo Decreto nº 9.810, de 2019, a PNDR ou PNDR II modernizou a atuação sobre o Desenvolvimento Regional do país. A redução das desigualdades passa a ser executada de acordo com quatro objetivos prioritários:

- I – Promover a convergência dos níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida inter e intra regiões brasileiras e a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento em regiões que apresentem baixos indicadores socioeconômicos;
- II – Consolidar uma rede policêntrica de cidades, em apoio à desconcentração e à interiorização do desenvolvimento regional e do País, considerando as especificidades de cada região;
- III – Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração;
- IV – Fomentar agregação de valor e diversificação econômica em cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, observando critérios como geração de renda e sustentabilidade, sobretudo em regiões com forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais (Brasil, 2019, p. 2).

Com mudanças na sua atuação, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (Brasil, 2022), a PNDR II tratou da redução das desigualdades, porém o projeto segue um âmbito nacional para que as potencialidades e diversidades das regiões sejam resgatadas. As alterações do objetivo IV voltam-se para as cadeias produtivas com “forte especialização na produção de commodities agrícolas ou minerais”; adequa-se ao viés político e econômico dos atuais ocupantes de cargos no alto escalão do Executivo Federal, e talvez torne-se uma fonte de conflitos e contradições com os objetivos de sustentabilidade em todas as regiões do país¹¹.

¹¹De acordo com os critérios estabelecidos na PNDR, este plano estabeleceu as áreas de atuação por meio do cruzamento das seguintes variáveis: localização geográfica e problemática social e econômica (renda domiciliar *per capita* e taxa de crescimento do PIB); e caracterização das regiões (IDH, PIB, atividades econômicas predominantes e condições naturais). Dessa forma, as áreas de atuação foram divididas em oito regiões de planejamento: Meio-Norte, Sertão Norte, Ribeira do São Francisco, Sertão Sul, Litorânea Norte, Litorânea Leste, Litorânea Sul e Cerrados (Brasil, 2019).

O objetivo geral do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) de 2006, sintonizado com o PNDR, era a inclusão social e a mobilização de todos os nordestinos como protagonistas de um processo de desenvolvimento a assegurar a justiça social, ao mesmo tempo em que se valorize a identidade cultural nordestina e se preservem os ativos ambientais da região. A estratégia de desenvolvimento sustentável do Nordeste perseguirá três objetivos gerais em estreita articulação e interdependência: a competitividade da economia regional, que permita a inserção adequada da região na economia nacional e mundial; a inclusão social, pela redução das desigualdades e da pobreza; e sustentabilidade do meio ambiente, que assegura a continuidade do processo econômico e a qualidade de vida da população.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS DO NORDESTE SETENTRIONAL (PISF), SEUS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E SUAS CONTRADIÇÕES

Segundo o BNDES (2021), o PISF é um projeto de infraestrutura hídrica que transporta as águas do Rio São Francisco e as despeja nas bacias do Nordeste Setentrional dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Ainda busca, por meio da integração, assegurar, para as regiões que sofrem da escassez no Nordeste, garantia e segurança hídrica. A bacia hidrográfica do Rio São Francisco encontra-se 36,8% situada na Região Sudeste, 0,7% na Região Centro-Oeste e 62,5% no Nordeste. Com mais de 2.700 km de extensão, o Rio nasce em Minas Gerais e a foz situa-se entre Alagoas e Sergipe, desembocando no Oceano Atlântico. A bacia possui quatro divisões fisiográficas: Alto São Francisco, Médio São Francisco, Submédio São Francisco e Baixo São Francisco (Lima, 2013).

A primeira proposta de intervenção, com base técnica mínima, surge no governo Figueiredo (1979-1985), feita pelo ministro do Interior, Mario Andreazza, atingindo a categoria de projeto de engenharia que, mais tarde, se chamaria PISF, mesmo que só tenha avançado no estágio de classificação. A concepção caracterizava-se por suas dimensões consideradas “superdimensionadas”, pois os números estipulados mal se comparavam com a demanda total a ser usada em toda a Bacia do São Francisco. Somente no governo Sarney (1985-1990) realizam-se os primeiros estudos socioeconômicos para avaliar a viabilidade econômica do projeto (CBHSF, 2019).

A segunda iniciativa de viabilização deu-se ainda no governo Collor (1990-1992), marcando o desenvolvimento do projeto, posteriormente com a extinção de inúmeros órgãos, inclusive o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), que desenvolveu o primeiro projeto do PISF. A retomada é sinalizada em 1994 no governo Itamar Franco, quando se elaborou, em tempo recorde, o conhecido primeiro Projeto Básico do PISF. Nessa versão o PISF passava a atender diretamente as Bacias dos Rios Piranhas, Açu e Apodi-Mossoró, reduzindo a importância do Reservatório do Castanhão, o qual surge como estratégia em 1980.

Até então o PISF, como outros projetos de utilização intensiva de recursos hídricos, dedicava a maioria de seus esforços para suprir demandas hídricas para uma agricultura irrigada que se implantaria no futuro mediante o que se denominam no jargão econômico “mecanismos de indução da demanda (CBHSF, 2019, p. 31).

Em setembro de 2004 o governo Lula elabora o atual Pisf, tendo como principal diferença, relativo aos projetos anteriores, sua diminuição considerável, além da apresentação do EIA/Rima, que estabeleceu que a vazão desviada e dividida para dois canais ocorreria na quantidade máxima de 127m³/s (Brasil, 2004). Até o final de 2005 o projeto passou por todo o processo legislativo no Congresso Nacional. A execução teve início em 2011 e a previsão de entrega da obra era para 2015, com orçamento inicial de 8 bilhões para a construção de reservatórios, canais e túneis (Lima, 2013). Em termos de construção e etapas, o projeto é constituído por estações de bombeamento para levar as águas por diversos Estados, sendo o Pisf formado por dois grandes eixos, equivalentes a 477 km – o Eixo Norte possui 260 km e o Eixo Leste, 217 km.

Os gastos com o Pisf, em 2013, atingem a cifra de R\$ 8,5 bilhões, orçados e financiados pelo PAC, mas o volume de recursos ampliou-se e as obras do Pisf, até o mês de outubro de 2021, já tinham requerido dispêndios da ordem de R\$ 10,6 bilhões no eixo leste (já concluído) e norte do Pisf. Com os serviços do eixo norte, que ainda estão remanescentes de outros anos e complementares às obras de infraestrutura, nas estimativas mais recentes do MDR, quando todas as obras forem concluídas o dispêndio público total será de R\$ 14,589 bilhões, valor 250% superior aos R\$ 4 bilhões estimados no início da execução do projeto, além do atraso no cronograma de execução de mais de sete anos (Brasil, 2022).

O conjunto de obras de caráter estrutural, instituído na região Nordeste, todavia, possui repercussões que vão além das dinâmicas econômicas locais. Henkes (2014) destaca que a maior parte das obras de infraestrutura do PAC fere o meio ambiente de forma irreversível, como danos e riscos ambientais consideráveis e, em boa parte, negligenciados pelo governo federal. O EIA/Rima do Pisf registra o risco de perda e de extinção de espécies da flora e fauna, interferência em espaços protegidos, ruptura de relações sociocomunitárias, introdução de riscos e tensões sociais (Henkes, 2014).

Nesse contexto, Soares (2013) alega que a obra possui impactos de extrema relevância ambiental, como interferências, modificações e risco de redução na composição das comunidades biológicas aquáticas nativas existentes nas bacias receptoras. Não obstante, “ainda estão previstos 24 programas ambientais, que têm como objetivos prevenir e atenuar os impactos causados; monitorar e acompanhar as mudanças que ocorrerão no meio ambiente e garantir que os benefícios do projeto sejam alcançados” (Soares, 2013, p. 82).

As repercussões negativas geradas pela obra não tendem a ser apenas ambientais; compreende-se que ganham uma maior relevância nos dias atuais, porém a cultura de moradores é afetada e isto gera problemas sociais que são tão relevantes quanto os fatores ambientais. O processo de deslocamento dos indivíduos ocasionado pela passagem da obra causa danos e mudanças irreversíveis para comunidades diretamente atingidas, como perda temporária de emprego pelas desapropriações e tensões e riscos sociais no momento da construção, rompendo com as relações sociocomunitárias durante a fase de obra. Por outro lado, possibilita geração de emprego e renda, promoção da economia regional, motivação de trabalho agrícola e novas áreas e fontes produtivas e diminuição da emigração e êxodo rural existentes (Soares, 2013).

A expectativa da sociedade em relação ao Pisf é o atendimento pleno da demanda hídrica necessitada pela população das regiões, que se referem às “áreas urbanas dos municípios beneficiados, distritos industriais, perímetros de irrigação e usos difusos ao longo dos canais e

rios perenizados por açudes existentes que receberão águas do rio São Francisco”. A garantia da segurança hídrica e abastecimento humano e animal é um dos principais pontos a se destacar na obra, além de suprir as atividades a que a água se destina (Castro, 2011, p.8).

A discussão sobre o conceito de conflito ocupa lugar em teorias sociológicas, clássicas e contemporâneas. Corresponde às oposições existentes nos paradigmas, como integração e desintegração, consenso e dissenso, que são noções que diferem as concepções da sociedade e geração de conhecimento (Viégas, 2009).

Alonso e Costa (2000) definem o conflito considerando a interação de grupos agentes, que, na maioria das vezes, se torna conflituosa, pois surgem disputas para obtenção de controle ou imposição de certas definições da realidade. Pode-se entender que os conflitos surgem em torno de interesses e valores.

Conforme Viégas (2009, p. 146), são inúmeras as concepções do meio ambiente ou natureza, e com elas a relação estabelecida com o homem que é “socialmente condicionada”, transformando a natureza e deixando-a humanizada. Assim, várias visões surgem da mesma base material, dependendo da concepção dos atores sociais. O meio ambiente, nesse sentido, pode ser visto como um campo de disputa, na maioria dos casos num plano simbólico ou no conflito ambiental, trazendo significados “como uma espécie particular de conflito social que envolve diferentes representações sobre meio ambiente na disputa entre outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de territórios”.

Viégas (2009) afirma, ainda, que o meio ambiente é construído como a representação de uma longa lista de sentidos e preocupações, na qual variam seus conceitos, adentrando por posicionamentos políticos e sociais. Com isso, a natureza assume o papel de meio ambiente devido às múltiplas formas que emergem de lutas simbólicas e significações que passam a surgir no contexto sociopolítico, passando a ser vista não só como “depositária de recursos econômicos ou destinada ao consumo estético ou terapêutico sob a forma de paisagem, mas detentora de um novo atributo: a ‘fragilidade’, a ‘vulnerabilidade’” (Viégas, 2009, p. 6).

Para Malagodi (2013), os termos conflito socioambiental e conflito ambiental fazem referência a conflitos sociais e, como nossas ações, tendem a influenciar nossas percepções. Viégas (2009) também ressalta que a conservação do meio ambiente e a defesa da natureza se ligam aos elementos discursivos que tendem a surgir para a reestruturação do espaço, construindo novas lógicas socioespaciais para definir novas territorialidades.

A construção do campo ambiental se dá, portanto, numa dimensão em que a diversidade de entendimentos culturais é evidente, tanto quanto a desigualdade social, presentes até na visibilização de representações e significados. [...] Neste contexto relacional, meio ambiente se torna uma expressão particular de uma luta classificatória que, ultrapassando o campo especificamente ambiental, reforça um formato de construção de mundo que legitima a permanência de desigualdades econômicas, políticas e simbólicas (Viégas, 2009, p. 151).

Entendem-se os conflitos ambientais como denúncia às contradições em que as vítimas desse processo de desenvolvimento não só são excluídas, mas também se tornam resultantes do processo. Estes conflitos passam a evidenciar situações de injustiça ambiental, em que mecanismos sociopolíticos operam sobre sociedades ou comunidades desiguais e, assim, destinam parcela desta carga de danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de

trabalhadores, grupos de baixa renda, grupos marginalizados e mais vulneráveis da cidadania (Zhouri; Laschefski, 2010).

Tais conflitos podem ser gerados pelo racismo ambiental que é o processo de discriminação racial na direção proposital de comunidades étnicas e minoritárias para exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos e perigosos, além da exclusão sistemática dessas minorias na formulação, aplicação e remediação de políticas ambientais; ainda, esse “conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (Herculano, 2008, p. 16).

A “questão ambiental”, em Viégas (2009, p. 152), volta-se para um conjunto de discussões sobre o meio ambiente que se ligam a conflitos ambientais, lutas e o próprio debate teórico e conceitual em torno do meio ambiente. Vale a pena ressaltar que a “questão ambiental” se entrelaça à “questão social”, tendo a mesma relação de conexão com a sociedade. Nesse sentido, geralmente aponta-se a noção de “problema ambiental” de forma mais restrita, pois as alterações no meio ambiente “somente se tornam problemas ambientais em processos sociais em que sujeitos coletivos as definem como tais”.

Zhouri e Laschefski (2010) apresentam diferentes tipos de conflitos que tiveram individualmente, ao longo da história, uma relação direta com a apropriação social do espaço, mas tendem a se unificar à medida que se configura a problemática ambiental; assim, são identificados, pelos autores, três modalidades de conflitos ambientais. Os conflitos ambientais distributivos estão relacionados à distribuição desigual dos recursos naturais. Não se trata apenas de uma questão discursiva, mas de situações do cotidiano de inúmeros grupos sociais que lutam por direitos, por exemplo, à água potável.

Já os conflitos ambientais territoriais são situações em que há presença relevante das reivindicações de diversos grupos sociais que estão no mesmo recorte espacial. Assim, os grupos envolvidos possuem modos de reprodução socioeconômica e cultural distintos em seus territórios, que repercutem nas formas de apropriações na natureza no recorte espacial. Esses conflitos surgem quando há o choque dos usos sociais e ambientais do território, gerados por grupos e formas de uso variáveis com o ritmo de regeneração natural do meio utilizado (Zhouri; Laschefski, 2010).

Desta forma, “o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo” (Zhouri, Laschefski, 2010, p. 23). Os conflitos ambientais espaciais evidenciam os conflitos causados por efeitos ou impactos ambientais e surgem com as práticas sociais que provocam efeitos negativos no meio ambiente.

Conflitos e conquistas tendem a influenciar os grupos humanos e manifestam-se pelas divergências de opiniões, sentimentos e interesses de ideias entre diferentes atores sociais. Essas divergências desencadeiam conflitos, sejam coletivos ou individuais, mas que passam a gerar defesas ou choque de interesses (Correia, 2019). Dentre os conflitos existentes no Nordeste, deve-se primeiro mencionar o conflito pelo acesso à água, que envolve disputas pela utilização, assim como modos distintos de apropriação.

A escassez hídrica mundial desencadeia conflitos por conta de a demanda ser muito maior que a disponibilidade da água. A demanda pela água decorre do aumento da população, da utilização da água para irrigação, agroindústrias e demais atividades econômicas. Os conflitos

ambientais interligam dinâmicas sociais, políticas e econômicas que envolvem a sociedade e a natureza. A água é um bem social e público, necessária para atender à demanda de toda a sociedade, porém o aumento da população mundial, irregularidades climáticas, baixa cultura ambiental e, principalmente, os modelos de produção agrícolas e industriais, são os responsáveis pela falta ou o armazenamento, gerando escassez nas localidades (Correia, 2019).

Relativo ao Nordeste brasileiro, Correia destaca:

Apesar das características climáticas, o Semiárido nordestino é o mais chuvoso do mundo, com uma média de precipitação de 750 mm/ano, e também o de maior concentração de água artificialmente acumulada. No entanto, a falta de gerenciamento eficiente dos recursos hídricos, a politicagem ainda remetente aos tempos do coronelismo, a grande concentração fundiária nas mãos de famílias tradicionais, ligadas ao patriarcalismo local, que dominam as atividades econômicas locais e usam da mais valia como forma de renda, a falta de políticas adequadas e efetivas capazes de promover a adaptação do ser humano ao ambiente natural faz essa região conviver com escassez hídrica que atinge principalmente o consumo humano e a dessedentação de animais, ocasionando em conflitos socioambientais (Correia, 2019, p. 23).

O direito à água muitas vezes significou instrumento de poder das oligarquias locais e regionais, principalmente no sertão nordestino e, assim, acaba promovendo conflitos e disputas de poder. Desse modo, esse poder sobre a natureza e seus componentes implica em transformações nas paisagens e modificações na valoração dos recursos naturais pelos grupos locais. Os discursos do Pisf utilizam o medo da seca entre os nordestinos para justificar a obra como solução viável em médio prazo, assim como suas repercussões (Viana, 2005).

A natureza dos conflitos certamente volta-se para a disputa de poder, sendo essa de caráter político, econômico ou social. Com isso, Henkes (2014) salienta que as execuções das obras de infraestrutura possuem repercussões positivas no senso comum societário, especialmente no campo social e econômico, como as promessas de geração de emprego e renda para as populações. Estas obras em execução, desenvolvidas ou planejadas no âmbito do PAC, contudo, causam efeitos irreversíveis sobre o meio ambiente e sobre as relações sociais.

ÁREA DE ESTUDO, MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADOS E OS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A escolha do distrito Poço em Brejo Santo – CE¹² – como área de estudo desta pesquisa, ocorreu pelo interesse de se abordar o trajeto do eixo Norte ainda pouco explorado pela literatura. Nesse sentido, esta pesquisa deve contribuir com a compreensão do Pisf e demonstrar a mudança ocorrida nas comunidades atingidas de acordo com o ponto de vista dos indivíduos envolvidos diretamente na problemática. A maioria dos sítios do Distrito Poço está cercada

¹²No ano de 1951, Brejo Santo, no Estado do Ceará, eleva-se à categoria de município, com o desmembramento do Distrito de Porteira, sendo criados os Distritos de Poço e São Felipe, anexados a Brejo Santo. Foi no Distrito Poço, juntamente com o Sítio Nascimento, que se deu o povoamento do município. Em 2010 a cidade de Brejo Santo tinha 45.193 habitantes, sendo 17.138 habitantes residentes na zona rural, equivalente a 37,92% da população total de Brejo Santo (Ipece, 2017). Os municípios limítrofes são: ao Norte, Mauriti, Milagres, Abaiara e Missão Velha; ao Sul, Jati e Estado de Pernambuco; ao Leste, Estado de Pernambuco, Estado de Paraíba e Mauriti; ao Oeste, faz limite com o município de Porteiras (Ipece, 2017).

por barragens da obra: a barragem do Riacho Porcos, uma das maiores do trecho, possui uma extensão de 1.379m de comprimento da crista e a área do reservatório é equivalente a 8,2km²; Atalho trata-se de um reservatório já existente, tendo o comprimento da crista de 213m; a barragem Cana Brava possui o comprimento da crista de 2.170m e a área do reservatório corresponde a 0,9km²; a barragem de Cipó tem o comprimento da crista 616m e a área do reservatório corresponde a 0,6km²; as barragens de Boi I e Boi II possuem os comprimentos das cristas de 1.425m e 1.361m, respectivamente, sendo 1,8km² de reservatório para as duas barragens (Ipece, 2017).

O estudo caracterizou-se como um trabalho de campo, isto é, combinou a coleta de dados primários e secundários e a análise dos resultados, que ocorrem por meio de aplicação de questionários junto as famílias reassentadas com o Pisf no Distrito Poço, no município de Brejo Santo, situado no Estado do Ceará. Buscou-se identificar, mediante visitas às famílias, o nível de satisfação na vila de reassentamentos: as repercussões na vida das famílias reassentadas; a percepção sobre melhorias e perdas sofridas com as novas moradas; a avaliação se a obra foi satisfatória ou prejudicial para famílias; e, por fim, quais foram as consequências sociais, econômicas e ambientais com a chegada da obra na região.

O questionário foi constituído por quatro dimensões de acordo com a percepção das famílias: nível de satisfação de hábitos e costumes em relação à nova morada; nível de satisfação sobre as formas de trabalho; níveis de satisfação de segurança; e nível de possíveis riscos ambientais e sociais. Foi atribuída para cada classificação uma escala do tipo *likert*, com os graus: “muito insatisfeito”, “insatisfeito”, “indiferente”, “satisfeito”, “muito satisfeito”; “muito risco”, “moderado”, “pouco risco” e “muito impacto”, “moderado” e “pouco impacto”.

A amostra foi composta por 46 famílias, obtidas por intermédio do cálculo proposto pelos autores Vital, Bertolino e Fonseca (2009), tendo como referência (população) um total de 145 famílias reassentadas no Sítio Vassouras, que, atualmente, é conhecido como Vila de Reassentamentos ou Vila Vassouras, sendo esse número de famílias fornecido pela agente municipal de saúde das vilas. Assim, tem-se que:

$$n = \frac{Z^2 * p * q * N}{\epsilon^2 (N - 1) + Z^2 * p * q}$$

onde: n tamanho da amostra; Z : nível de confiança (10%); p : proporção populacional de indivíduos que fazem parte da categoria de interesse; q : $1-p$; N : tamanho da população; e ϵ : erro máximo tolerado.

A construção do referencial teórico levou em conta uma pesquisa bibliográfica-documental a partir da utilização de artigos, livros, periódicos da área e *sites* de informações que orientam a extração de informações no campo da pesquisa. Além de possuir, como abordagem metodológica de interpretação, a perspectiva descritiva e exploratória, ainda é possível afirmar que o método de trabalho foi o sistêmico.

Os instrumentos deste estudo se deram por meio de entrevistas semiestruturadas, por meio de perguntas que auxiliam também como roteiro para o entrevistador, possibilitando abrir questionamentos sobre outros fatores mais qualitativos, mas que possuem relação com o fenômeno. O questionário trata-se da coleta de dados, construída mediante perguntas respondidas por escrito (Gerhardt *et al.*, 2009).

As Vilas Produtivas Rurais (VPR) foram pensadas para realocar as famílias que moravam na faixa de construção da obra. Atualmente 848 famílias dos Estados de Ceará, Paraíba e Pernambuco foram reassentadas para 18 VPR, entregues pelo Ministério da Integração. É um dos 38 programas socioambientais do Pisf, fazendo parte também do Programa de Reassentamento de Populações, e calcula-se um investimento de R\$ 207,53 milhões. No geral as VPRs possuem dois setores: o residencial, composto por casas de alvenaria de 99m², com rede de água, esgoto e energia elétrica e o acesso a escolas, postos de saúde e locais de lazer (quadras poliesportivas, campo de futebol, praças, centro comunitário), e o setor produtivo, que possui, no mínimo, cinco hectares por beneficiário, destinado ao trabalho irrigado. No documento também constam alguns benefícios previstos: titularidade dos lotes produtivos e residências; preservação de laços e parentescos e de vizinhança em locais próximos; infraestrutura básica de abastecimento de água; sistema sanitário e eletricidade; infraestrutura social; posto de saúde, centro comunitário e escola (Pereira, 2016).

A vila de reassentamentos, conhecida como Vila Produtiva Rural Vassouras (VPRV), na comunidade Poço em Brejo Santo-Ce, é uma das maiores vilas do projeto de reassentamento e foi dividida em duas etapas: na etapa 1 foram construídas 85 casas, e na etapa 2 o número de residências corresponde a 260. Ao todo foram 145 famílias que estavam em zona de risco com a passagem do projeto. Foi planejada numa área total de 958,50 ha para receber as 145 famílias que optaram pelo recebimento das casas; as famílias que não optaram pelo recebimento foram indenizadas por suas casas e terras, sendo também retiradas do local. Atualmente a VPRV é constituída por 543 habitantes, pois muitos familiares de moradores construíram casas nas terras cedidas (Ipece, 2017).

O primeiro questionamento foi se os moradores acreditavam que a obra mudou seu modo de vida, quando 91,30% afirmaram “Sim”, enquanto 6,52% afirmaram “Não” e apenas 2,17% apontaram não saber responder. Para os moradores que afirmam que o Pisf mudou seu modo de vida, 56,52% relatam a aquisição da casa própria e das terras, posto que boa parte foi de moradores em terras de terceiros; 13,04% afirmam que piorou em relação à falta de água, que não era uma dificuldade no antigo local; 15,22% declaram a saudade do local antigo, saudade de família e amigos e a distância da vila; 6,52% afirmam trabalhar em suas próprias terras; 4,35% relatam que sua vida piorou na vila, descrevendo o antigo lugar como muito melhor; e 4,35% informam perceber a mudança, mas não saber descrever.

É relevante lembrar que tais tipos de empreendimentos atingem fundamentalmente uma população de trabalhadores rurais, onde alguns possuem pequenas propriedades, mas a maioria são posseiros, arrendatários, trabalhadores temporários, com subsistência associada à agricultura de base familiar. Nesse sentido, a aquisição de títulos de terra e casa própria é lembrada pela maioria como mudança no modo de vida, sendo um fator que se destaca pela sua natureza material, quando boa parte dessas populações possui condições apenas básicas de sobrevivência. Vale destacar que esses elementos, representativos de um outro tipo de padrão de vida, e por estarem ausentes do universo dos beneficiários, são colocados, pelos executores de políticas públicas, como elementos compensatórios das perdas irreversíveis impostas a tais populações (Rebouças, 2000). Seria como imaginar que elementos de cunho mais simbólicos, como os históricos, culturais e afetivos, pudessem ser compensados de forma pecuniária, problemática que é exposta pelos moradores na saudade do local e das relações pessoais.

Ainda sobre o modo de vida, é possível captar um dos maiores desafios para que se enfrente um dos principais aspectos da “injustiça ambiental”¹³: a democratização do acesso ao abastecimento de água, muitas vezes pensado, nos grandes projetos de desenvolvimento, considerando apenas a forma de acesso à infraestrutura (Aleixo *et al.*, 2016). Em mais de uma dimensão pesquisada os reassentados afirmam as dificuldades de acesso à água, o que contradiz a expectativa da sociedade em relação ao Pisf, qual seja, o atendimento pleno da demanda hídrica necessitada pela população das regiões (Castro, 2011).

Tais aspectos também são captados quando se infere sobre os níveis de satisfação das famílias reassentadas em relação a como se sentem na VPRV, sendo os resultados os seguintes: percentual de pessoas satisfeitas (S) com a vida no novo local: 47,82%; porém, quando questionados se estão muito satisfeitos (MS), apenas um percentual de 23,91% está nessa faixa de maior satisfação. O percentual de insatisfação (I) com a vida atual é de 15,22%, sendo muito próximo do nível de muito insatisfeitos (MI) que é de 13,04%. Do mesmo modo, alto percentual verifica-se em relação à satisfação da morada, quando 39,13% estão satisfeitos e 32,61% muito satisfeitos. Já 19,15% estão insatisfeitos e 8,70% muito insatisfeitos.

Em relação aos benefícios de morar na VPRV, os entrevistados afirmam estar satisfeitos (S) pela saída do local antigo (47,82%), mas o percentual de muito satisfeito cai de forma relevante para 15,22%; isso se deu por algumas questões colocadas pelos moradores, como: ainda não possuem acesso a todas as terras para trabalharem; e, apesar de as águas já estarem correndo nos canais, ainda não foram beneficiados por essas, conforme a afirmação colocada por uma moradora de 63 anos: “eu só vou tá muito satisfeita quando eu receber os documentos oficiais das terras e da casa, porque até agora eu só tenho uma declaração, que eu não tenho muita certeza se é garantia”.

Quanto à expectativa de morar no novo local, há uma inversão dos níveis de satisfação; 34,74% dos entrevistados afirmam insatisfação e 13,04% sentem-se muito insatisfeitos com o que esperavam do local. Apenas 26,09% afirmam estarem satisfeitos e 21,74% apontam muita satisfação com a expectativa do local. Como justificativa, acrescentaram: o local não era cercado, todos tiveram de comprar cercas e estacas; a falta de água, afirmam que a água só atende às necessidades básicas das casas; após cinco anos de morada na vila ainda não tiveram acesso a todas as terras (terrenos sequeiros); esperavam uma escola para os filhos, afinal as crianças se deslocam para o sítio Deserto a fim de ter acesso ao ensino básico; mesmo tendo uma escola construída na vila, não houve início das suas atividades; o atendimento no posto de saúde é apenas uma vez na semana; a distância da cidade e das demais localidades; por último foi apresentado o fato de se sentirem pressionados a ficar na vila para continuarem com todos os benefícios. Uma moradora de 49 anos afirma: “às vezes ainda não me sinto moradora, porque me sinto obrigada a ficar aqui”. A moradora demonstra que ainda continua na vila para ter acesso a todos os benefícios.

Como justificativa da alteração sem entrega das VPRs antes da construção da obra, a afirmação foi de que as vilas sempre foram prioridades, mas, devido a diversos imprevistos,

¹³A noção de “injustiça ambiental”, conforme Acsehrad, Mello e Bezerra (2009, p. 41), refere-se “ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”.

foram exigidas desocupações das casas antes da entrega das VPR (Sousa, 2020). O mesmo processo aconteceu com as famílias da vila Vassouras, de acordo com os relatos dos moradores e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Vila. As pessoas em zonas de risco foram informadas do reassentamento e passaram pelo processo de moradia provisória até chegar na morada atual, uma vez que as casas não ficaram prontas até a chegada da obra. A interrupção do Pisf como um todo pode ser a justificativa real dessas alterações que dificultaram a adaptação e o sentimento de pertença e os valores culturais construídos pelos moradores da VPR Vassoura.

Nota-se que quando se consideram as expectativas sobre o local de morada, à medida que foi se concretizando o reassentamento, a insatisfação das famílias foi se manifestando, principalmente quando se considera o descompasso entre a construção da obra e a instalação da infraestrutura básica e complementar e a demora pela regularização das terras. Diversos depoimentos começam a apontar, como resultado desse conjunto de insatisfações, para inquietações sobre a permanência ou não no “novo lugar”, somadas a falta de reconhecimento de que esse lugar seja realmente “seu”. A certeza de que isso representaria a perda daqueles benefícios tão esperados, todavia, tem se traduzido em angústia, medo e na sensação do não pertencimento, da perda de referências. Isso contrapõe-se à ideia da sustentabilidade para além da visão antropocêntrica, como aqui discutido por Costa (2017), e do desenvolvimento local a partir de valores não apenas econômicos, mas ambientais, sociais e culturais. Ainda, a noção do local a partir das relações interpessoais da vida cotidiana, relações que no território caracterizam a identidade do indivíduo (Kronemberger, 2011; Martins, 2016).

De acordo com os agricultores, as novas oportunidades surgidas foram apenas trabalhar nas terras dadas pelo Ministério da Integração (30,43%), mesmo que seja para o consumo ou renda extra. Segundo eles, não surgiram novas oportunidades (69,57%) porque não existem outras formas de trabalho dentro da vila a não ser a roça. Essas afirmações levam a uma maior insatisfação quanto às formas de trabalho atuais (45,65%). Sobre a única forma de trabalho ser na agricultura, existe a dificuldade de plantar por falta de água, isto é, os moradores afirmam que até a agricultura se torna difícil pela falta de água constante. Alguns agricultores sentem-se indiferentes (6,52%), outros estão satisfeitos (26,09%) e muito satisfeitos (21,74%).

As dúvidas sobre a segurança das famílias surgem devido aos acontecimentos voltados aos riscos de rompimento de tubulações ou até mesmo das barragens. No ano de 2020 houve um incidente na tubulação no município de Jati-Ce. O rompimento provocou a evacuação de 2 mil pessoas do entorno da barragem. Após essa ocorrência, formas de alertas foram criadas próximas das vilas e por todos os sítios que possuem algum risco de serem atingidos, caso haja rompimento das barragens. São placas descrevendo as rotas de fuga, pontos de encontro das comunidades e sirenes que devem tocar se houver algum sinal de rompimento. Essa dimensão busca compreender se as pessoas se sentem seguras, se temem pelas pessoas próximas das barragens que não foram reassentadas e se antes de serem reassentadas tiveram esclarecimento da dimensão do risco que é morar próximo a barragens.

O posicionamento dos entrevistados sobre o esclarecimento adequado dos possíveis riscos se deu com um percentual de negação considerável, equivalente a 82,61%. Por sua vez, 17,39% afirmam terem tido todos os esclarecimentos em reuniões, carros de som e visitas domiciliares. As pessoas que responderam “não” para os esclarecimentos afirmaram que a forma de repasse das informações não foi adequada e que foram para as reuniões para poder ter direito às casas. Relatam que as informações estiveram basicamente relacionadas à saída

da população e remanejamento pela passagem da obra, pois não tinham a noção do que era continuar próximo das barragens durante a construção e dos riscos do derramamento de águas.

No que diz respeito às formas de alerta, 76,09% não consideram as placas como uma forma adequada para alertar a população do Distrito. A maioria dos moradores afirma gerar ainda mais aflição, aumentando o receio de ocorrer um rompimento e não haver tempo de fuga. Segundo uma moradora de 56 anos, “essas placas não vão levar ninguém se essa barragem chegar a estourar. Água é bicho de força, sei lá onde vai bater; tem horas que até aqui bate um certo medo”. Quanto aos que acreditam ser a forma correta de alerta, registra-se um percentual equivalente a 23,91%. Tais elementos também ferem princípios fundamentais da compreensão do desenvolvimento local a partir da ideia de coesão, mobilização social e participação dos cidadãos, os quais afirmam ter havido pouca interação, sensibilização e compreensão de todos os aspectos que envolveriam o empreendimento em questão.

A partir da visão dos moradores, os impactos na fauna e flora do local representam um aspecto relevante para o estudo. Sobre a flora a percepção de muito impacto é de 78,26% e na fauna representa 73,91%. A maioria afirmou ver de perto a destruição das matas e a perda dos habitats de animais para a passagem da obra e para a construção das vilas. Um morador de 43 anos coloca: “Oxe (*sic*), até as estradas mudou com a obra, menino. Aqui num tinha um pé de sombra, os passarim (*sic*) foram tudo embora, agora que tão voltando”. Os resultados de impactos moderados da fauna e flora totalizam 36,96%, pois consideram que foi para que se pudesse construir as casas. As pessoas que afirmam ver pouco impacto na fauna e na flora correspondem a 17,39%.

Quando perguntados sobre a paisagem, a maioria destaca que foi o que mais mudou (78,26%); passam a citar a famosa serra do Poço que não é mais a mesma, bem como o Alto da Palha. Apenas 2,17% consideram que houve pouco impacto na paisagem e 19,57% afirmam a existência de risco e destruição, mas moderado.

O fato de a percepção dos moradores ser mais sensível aos impactos causados pela obra na fauna e na flora, além da percepção da paisagem, remete à compreensão de que muitos agricultores e moradores da zona rural possuem “relação pessoal com o meio ambiente. A natureza deixa de ser um objeto, uma coisa, tornando-se um mundo complexo” (...) revelando que “a maneira como representam as relações ecológicas pode estar mais próxima da realidade do que o conhecimento científico” (Gómez-Pompa; Kaus, 2000, p. 130).

Ao levar-se em consideração a preservação e a valorização dos bens e dos direitos culturais, o fortalecimento do exercício de práticas comunitárias consolidadas, o resgate da memória cultural e da identidade étnica e racial, constatamos uma regressão e comprometimento dos vínculos culturais históricos com a comunidade do Poço, em Brejo Santo-CE, após o advento da Vila Produtiva Rural Vassouras (VPRV).

Além da dimensão cultural que tem se enfraquecido, adicionam-se os atributos e as diferenças que estão refletidas na piora dos indicadores naturais, econômicos e sociais. Sabe-se que o território contém história e cultura e, portanto, identidade política, o que dá aos seus habitantes a ideia de pertencimento. Nesse sentido, seus habitantes e outros entes institucionais (públicos, empresariais e da sociedade civil) são e deveriam ser vistos como agentes do seu próprio processo de desenvolvimento. Não se percebe a presença de agentes vinculados às empresas e à sociedade civil, somente os agentes públicos como únicos protagonistas do processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo percebem-se as marcas do Pisf por toda a comunidade Poço, mudando não somente o modo de vida das famílias reassentadas, mas, também, todo o distrito que sentiu a chegada da obra. Tanto agricultores quanto agricultoras viram uma oportunidade na obra de um trabalho fixo. Com a finalização, uma massa de mão de obra local contratada, após a conclusão e a consequente demissão, voltou às poucas alternativas de trabalho na zona rural.

A desapropriação de terras com a passagem da obra foi outro fator que gerou a perda temporária de emprego, tanto de trabalhadores rurais reassentados quanto dos não reassentados. As marcas sobre a paisagem também se tornaram notórias, principalmente nos sítios em que as famílias reassentadas residiam; os relatos são de não enxergarem o lugar que nasceram como o lugar que criaram os filhos e onde forjaram seus valores culturais e a história do lugar.

A desconstrução do meio ambiente da comunidade e processos de desertificação dos solos deixou rastros de degradação e perdas irreversíveis sobre a fauna e flora do local. Os vínculos rompidos com as residências antigas e os que surgem com a nova morada, fazem com que a maioria das famílias afirme que o Pisf mudou de forma significativa seu modo de vida, seja para as pessoas que nunca possuíram uma casa própria, um “pedaço” de terra, seja para os proprietários, que lamentam a desapropriação de suas terras.

Espera-se que este estudo possa contribuir para a reflexão e a abertura de novos diálogos que envolvem as comunidades reassentadas, como também alertar sobre as dificuldades ainda enfrentadas e melhorias para estas populações. A obra é responsável por conflitos socioambientais e culturais irreversíveis de uma dimensão que não se enquadra apenas na comunidade Poço, mas por todo o Nordeste, onde há marcas do processo de integração.

Vale ressaltar que se observou melhorias na vida de algumas famílias, especialmente aquelas que viviam em situações de vulnerabilidade social, que moravam de favor, possuíam casas de taipas ou moravam a beira de rios. Essas pessoas sentem-se beneficiadas e agradecidas pela existência do Pisf. Em relação ao desenvolvimento local com um viés endógeno e autônomo para o Distrito Poço e a VPRV, o estudo não conseguiu vislumbrar, no curto ou médio prazos, nenhuma estratégia de inserção produtiva regional viável que rompa as condições socioeconômicas, políticas e culturais vigentes.

Desse modo, a partir dessa perspectiva multidimensional, o território vivido não é percebido apenas como uma instância passiva ou paisagem, pois ele se constitui, *per se*, em um elemento central e decisivo no seu próprio processo de desenvolvimento local, assim como vai repercutir seus resultados no processo de desenvolvimento de outras escalas territoriais de maior dimensão até se alcançar o nível nacional. Com tudo isso, a tendência é o surgimento de um processo cumulativo virtuoso complexo, no qual haverá a combinação de ações e de articulação entre os diferentes níveis de entes governamentais. Para essa área estudada (Vila Produtiva Rural Vassouras-VPRV) observa-se que não foi superada a clássica visão de políticas concebidas e realizadas de cima para baixo, pois constatou-se uma explícita invisibilização e não reconhecimento da legitimidade política e da importância e da força dos agentes locais da comunidade Poço, sobretudo durante o período 2019-2022, quando a pesquisa foi concebida e executada.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Â.; COSTA, V. *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. Buenos Aires: Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009. 160 p.
- ALEIXO, B. *et al.* Direito humano em perspectiva: desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural no Nordeste brasileiro. *Ambiente e Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 63-80, 2016.
- ALVES, C. L. B.; PAULO, E. M. *Ceará: recortes de uma economia em transformação*. Crato: RDS, 2014. 244 p.
- BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. *PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional*. 2021. Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-em-andamento/pisf. Acesso em: 23 ago. 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997. *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos*. Brasília: Casa Civil, 1997.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Sumário Executivo)*. 2003. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/desenvolvimento-regional-e-urbano/publicacoes/121-secretaria-nacional-de-programas-urbanos/6067-politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-sumario-executivo>. Acesso em: 22 maio 2021.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional: Relatório de Impacto Ambiental – RIMA*. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/ptbr/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto/documentos-tecnicos>. Acesso em: 21 out. 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Atlas das áreas susceptíveis à desertificação no Brasil*. Brasília: MMA, 2007.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Agendas para o desenvolvimento das macrorregiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste: subsídios para a elaboração do PPA 2020-2023*. Brasília: MI, dez. 2018. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/FINAL_Documento-Temtico_Dia--21-12-2018.pdf. Acesso em: abr. 2023.
- BRASIL. *Decreto nº 9.810, de 3 de maio de 2019*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília: Casa Civil, 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *Transposição em números*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/transposicao-sao-francisco>. Acesso em: 15 maio 2022.
- BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília, DF: IICA, 1999.
- BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.
- CASTRO, C. N. de. *Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2011.
- CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. (org.). *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp; Instituto de Economia, 2001. p. 63-84.
- COELHO, V. L. P. *A esfinge e o Faraó: a política regional do governo Lula (2003/2010)*. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2014.
- CBHSF. *Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco*. 2019. Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br>. Acesso em: 20 set, 2021.

- CORREIA, J. Das N. *et al.* *Cenários de impactos socioambientais rural, urbano a partir do canal de transposição do eixo leste do Rio São Francisco em Monteiro-PB*. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade da Paraíba, Paraíba, 2019.
- COSTA, L. S. *A relação entre consumo e sustentabilidade no comportamento de jovens manauaras*. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus, AM, 2017.
- COSTA, S. de S. Políticas de desenvolvimento econômico para o Nordeste: Do GTDN à PNDR. *In: Santos, F. dos (org).* *Geografia no século XX*. v. 3. Belo Horizonte: Poisson, 2019.
- DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. *In: MAFRA, Jason Ferreira et al.* autor. *Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido*. Produção de terceiros sobre Paulo Freire, 2009. p. 22-36. (Série Livros).
- FOCHEZATTO, A.; VALENTINI, P. J. Economias de aglomeração e crescimento econômico regional no Rio Grande do Sul: uma análise com dados em painel. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA – ANPEC*, 38., 2010, Salvador, *Anais [...]*. Salvador: Anpec, 2010.
- FUNCEME. Fundação Cearense de Meteorologia. *Zoneamento ecológico-econômico das áreas suscetíveis de desertificação – Núcleo 1 (Irauçuba/Centro Norte)*. Fortaleza: Funceme, 2015.
- GERHARDT, T. E. *et al.* Unidade 4 – Estrutura do projeto de pesquisa. *In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 65-87.
- GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito da natureza selvagem. *In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*, São Paulo: Hucitec: Annablume: Nupaub-USP, 2000.
- GROSSMAN, G. M.; HELPMAN, E. Trade, innovation, and growth. *American Economic Review*, v. 80, n. 2, may 1990.
- HENKES, S. L. A política, o direito e o desenvolvimento: um estudo sobre a transposição do Rio São Francisco. *Revista Direito GV*, v. 10, n. 2, p. 497-534, 2014.
- HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, artigo 2, jan./abr. 2008. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br. Acesso em: 13 jan. 2022.
- IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. *Perfil Básico Municipal-Brejo Santo*. Fortaleza: Ipece, 2017. Disponível em: www.ipece.ce.gov.br. Acesso em: 2 nov. 2019.
- KRONEMBERGER, D. *Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática*. São Paulo: Senac, 2011.
- LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, T. V. P. C. *Os impactos da transposição do Rio São Francisco na sua região de influência*. 2013. Trabalho (Conclusão de Curso de Geografia) – UnB, Brasília, 2013.
- LOURENÇO, G. F. *Instituições regionais de desenvolvimento: análise do período 2003 a 2016*. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Relações Internacionais, Uberlândia, 2022.
- MALAGODI, M. A. S. Sobre conflitos ambientais e educação ambiental. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 8, n. 2, p. 31-44, 2013.
- MARTINS, S. R. O. *Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas*. *Interações*, Campo Grande, v. 3, n. 5, 2016.
- NASCIMENTO, S. P. do. Guerra Fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns Estados participantes. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 677-706, out./dez. 2008.
- PEREIRA, W. J. *et al.* *Transposição das águas do velho Chico e a produção de feijão: percepção dos reassentados da VPR Lafayette*. 2016. Trabalho (Conclusão de Curso de Tecnologia em Agroecologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- REBOUÇAS, L. M. *O planejado e o vivido*. O reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2000. 194 p.
- ROCHA, A. G. T.; AMARAL FILHO, J. do; MELO, M. A. C. de. *As políticas de incentivos fiscais dos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco*: algumas evidências institucionais. A economia do Nordeste na fase contemporânea. Fortaleza: BNB, 2006.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96 p.
- SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152 p.
- SACHS, I. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*, Tradução Luiz Leite Vasconcelos e Eneida Araújo. São Paulo: Vértice, 1986.
- SALDANHA, G. M. *Desenvolvimento local sustentável: um comportamento à sustentabilidade*. 2019. Monografia de Especialização (Especialização em Gestão Pública) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2019.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SCHUMPETER, J. A. (1911). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SOARES, E. Seca no Nordeste e a transposição do Rio São Francisco. *Revista Geografias*, v. 9, n. 2, p. 75-86, 2013.
- SOUSA, M. F. O. *As marcas da transposição do Rio São Francisco: acesso à água, conflitos socioambientais e desenvolvimento no município de São José de Piranhas-PB*. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.
- VIANA, C. *Conflitos socioambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco*. 2005. 166 f. Tese (Doutorado) – Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- VIÉGAS, R. N. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 19, 2009.
- VITAL, J. V.; BERTOLINO, A. R.; FONSECA, I. G. da. Metodologia da amostragem para o cálculo de capacidade dos setores ATC. In: SIMPÓSIO DE PESQUISA OPERACIONAL DA MARINHA, 2009, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos* [...]. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <https://www.>

Autora correspondente:

Christiane Luci Bezerra Alves

Universidade Regional do Cariri – URCA.

Rua Cel. Antônio Luíz, 1161 – Pimenta, Crato/CE, Brasil. CEP 63105-010

E-mail: christiane.alves@urca.br

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento
em Questão está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.